

A AÇÃO CATÓLICA E O MOVIMENTO “ECONOMIA E HUMANISMO” REFLEXOS DE UMA TRAJETÓRIA DO AGIR SOCIAL DA IGREJA E SUA ATUAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

*THE CATHOLIC ACTION AND MOVEMENT "ECONOMY AND HUMANISM"
REFLECTIONS FROM A COURSE OF ACTION SOCIAL CHURCH AND ITS PERFORMANCE IN WEST OF PARANÁ*

Nilceu Jacob Deitos¹

Resumo: Este artigo busca lançar um olhar para alguns reflexos da atuação social da Igreja no período em que se articulou a Ação Católica e o movimento “Economia e Humanismo”. Ao contemplar este tema, o artigo apresenta em sua segunda parte uma abordagem da Igreja Católica no Oeste do Paraná, observando os limites que não permitiram que a atuação da Ação Católica se tornasse perceptível nos espaços urbanos da região Oeste do Estado.

Palavras-chave: Catolicismo, urbanização, regionalidade.

Abstract: This article aims to take a look to some reflexes of the social actuation of the Church in the period that the Catholic Action and the movement "Economy and Humanism" took place. By contemplating this theme, the article presents in its second part an approach of the Catholic Church in the west region of Paraná State, observing the limits that didn't allow that the acting of the Catholic Action became perceptible in the urban spaces of the western region of the state.

Keywords: Catholicism, urbanization, regionalism.

A Igreja Católica tem sido um tema de inúmeras investigações nas áreas das Ciências Sociais. Muitas delas têm sido direcionadas a explorar a dimensão contraditória da própria instituição, onde posições conservadoras se interpõem e se contrapõem a posições mais progressistas sobre as mais diversas questões sociais que lhe são afetas. No vasto leque das posições teológicas e pastorais assumidas no decorrer da história, este tipo de interposição ou contraposição torna possível a sua visibilidade. São posições ora de forma oficial, através de todo o aparato burocrático e autoritário advindo das diversas congregações do Vaticano, cujas posições, por se pretenderem universais, geram conflitos significativos, por não contemplarem situações plurais. Ora são posições de forma alternativa, articuladas através de teólogos, leigos e membros do clero engajados de forma muito direta em situações específicas, que,

por sua vez, ao assumirem posições dentro de circunstâncias bem delimitadas, não mantêm a preocupação de uma afinidade com a posição oficial, e, na busca de sua legitimidade, é construída uma interpretação teológica e definidos alguns estilos pastorais que visam demonstrar que suas posições são legítimas e coerentes com os princípios evangélicos. Exemplo disso são os movimentos ligados à luta pela terra no Brasil, onde as posições teológicas e pastorais não se aproximam do discurso emanado de Roma.

Este dualismo, já bastante demonstrado por vários estudiosos, pode induzir a uma leitura precária da complexidade que envolve este tema. Percebe-se na história desta instituição que iniciativas nitidamente voltadas à implantação de projetos que se pretendiam universais, globalizadores da Igreja, têm provocado, em suas trajetórias de implantação, possibilidades outras de

¹Professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Toledo. nilceu.deitos@unioeste.br. Este texto contempla parte do quarto capítulo de minha tese de doutorado: DEITOS, Nilceu Jacob. **Presença da Igreja no Oeste do Paraná:** A Construção do Imaginário Católico (1930-1990). Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) UFRGS. 2004.

iniciativas que se caracterizam de forma diferente e até mesmo contraditórias ao mesmo projeto. Um exemplo desta espécie de transmutação entre o projeto oficial e iniciativas alternativas pode ser constatado com a Ação Católica no Brasil. Para ambas as tendências que defendem cada uma das linhas de ação, não se trata de uma transmutação. Para os defensores do projeto conservador, o que aconteceu com a Ação Católica no Brasil foi antes um “desvio” de finalidades, onde a proposta inicial não foi suficientemente bem entendida e sua prática sofreu um processo já para quem defende as posições que vários agentes da Ação Católica passaram a tomar, a partir de um engajamento da Igreja no campo social, tendo como base uma análise mais elaborada das relações de poder na sociedade, principalmente em relação aos quadros da juventude universitária, operária e estudantil católica, o que ocorreu também não foi uma transmutação e, sim, um “amadurecimento” da Ação Católica, despertando para uma visão das relações sociais, levantando questões que justificariam a ação do cristão de forma crítica e engajada dentro de um meio social, caracterizando essa ação como sendo “fermento na massa”, ou seja, levando a uma posição de leitura do real, um julgamento das estruturas a partir de uma leitura crítica e uma ação sustentada no princípio da justiça social. É neste contexto que se insere a atuação da Ação Católica, diferenciando-se dos anos de 1930, onde num momento posterior, terá uma atuação de suporte para o surgimento de movimentos com a perspectiva libertadora.

A trajetória histórica pela qual a Ação Católica passou pelo Brasil traz alguns elementos que permitem uma análise deste tipo de transmutação entre as posições assumidas pela Igreja. Entende-se por Ação Católica o nome dado a um grande movimento pastoral nascido entre as duas grandes guerras mundiais e destinado a atender os diferentes meios sociais em sua especificidade. Seu ponto de partida foi a 'juventude operária cristã' (JOC) fundada em 1927 em Bruxelas pelo abade Cardijn. A convicção

central que animou a Ação Católica desde sua origem era a de que cada meio deveria ser evangelizado por ele mesmo. 'Os apóstolos dos trabalhadores serão os próprios trabalhadores'. A Ação Católica propunha uma pedagogia simples – Ver, Julgar e Agir', uma estrutura onde os responsáveis desempenhavam um papel de animação de equipes onde eles mesmos se avaliavam em vista de um aprimoramento espiritual, moral e apostólico: 'A Revisão de Vida'. Encorajados pelo papa Pio XI e pelos bispos de diferentes países (França, Itália, Alemanha e outros), a Ação Católica caracterizava-se por um engajamento de leigos, 'colaborando com a missão apostólica da hierarquia com o objetivo de extensão do Reino de Deus'.²

A hierarquia da Igreja Católica, principalmente as posições do papa, tinha na Ação Católica um grande projeto de envolvimento do leigo como coadjutor da ação evangelizadora da Igreja. Em numerosos documentos, o papa repete a definição, tornada clássica da Ação Católica: Participação dos leigos no apostolado hierárquico.³ Essa definição, o papa a anunciaria ainda em termos mais concretos: 'A Ação Católica não é outra coisa que o apostolado dos fieis a serviço da Igreja, atuando, sob a condução dos bispos, e se colocando à disposição do ministério pastoral'.⁴

O papa Pio XI declarava que a Ação Católica “lhe é querida como a pupila dos seus olhos”⁵. Tratava-se nitidamente de um projeto onde a Igreja buscava se afirmar nos meios operários e estudantis, sobretudo, com vista a conquistar ou manter um espaço ameaçado por outras ideologias sociopolíticas. Todas as atividades relativas à Ação Católica estariam sempre diretamente subordinadas à hierarquia da Igreja. Conforme lembra o Papa Pio XI, “trata-se da participação do laicato no apostolado da hierarquia”. E Pio XI interpela os leigos a uma “grande cruzada para tudo restaurar em Cristo”. Não só os homens consagrados, mas todos os fieis sem exceção, devem dedicar-se aos interesses de Deus e das almas, mas sempre sob a direção e segundo a vontade dos bispos”.⁶

²Estas considerações estão embasadas no comentário de BEDOUELLE, *Dictionnaire d'Historie de l'Eglise*, C.L.D. Chambray Lés-Tours, 1994, p. 12 e 13.

³*Cartas do Papa Pio XI enviada a Steenberghe* em 30 de julho de 1928; *Carta 'Quee Nobis' ao cardeal Bertram*, 13 de novembro de 1928; *Carta 'Sane Nuntius' ao cardeal Segura*, 6 de novembro de 1929; *Encíclica 'Non Abbiamo Bisogno'*, de 29 de junho de 1931.

⁴*Carta de Pio XI, 'Cum ex epistola', ao cardeal Von Roey*, 15 de agosto de 1928.

⁵*Discurso ao comitê da Ação Católica Italiana*, em 9 de março de 1924.

⁶RICHAUD, Paul. *Notions Sommaires sur l'Action Catholique*. Éditions SPES : Paris, 1936.

O projeto da Ação Católica possuía um objetivo bem definido na visão da hierarquia, e se justificava na medida em que a Ação Católica viria a suplantar um clero insuficiente, viria penetrar numa sociedade paganizada e viria a coordenar os esforços dispersos.⁷ Uma representação imaginária muito forte presente nos discursos sobre a Ação Católica era a constituição de uma grande família social, onde, independente das classes sociais e condições de vida, os esforços deveriam ser direcionados a construir uma relação familiar, dando ênfase ao aspecto fraternal e pacífico. "A Ação Católica é a grande família de Cristo que, num espírito familiar, busca se expandir para a maior glória de Deus e o maior bem da família humana"⁸. Ao mesmo tempo é destacado o papel espiritual da Ação Católica em detrimento de uma ação político-social sendo que "a missão da Ação Católica é então essencialmente religiosa. É o Papa Pio XI que afirma taxativamente: 'A Ação Católica deve ser uma associação essencialmente religiosa em sua natureza e em seu objetivo'".⁹

No Brasil, a Ação Católica teve alguns desdobramentos bastante diferentes dos fins projetados pela Igreja em Roma, dando a possibilidade do surgimento de um cristianismo progressista e até contrário à concepção da Igreja em Roma. Esta característica inovadora da Igreja aconteceu a partir de uma série de fatores que, no seu conjunto, permitiram o surgimento de um estilo de cristianismo mais engajado nas questões sociais e determinado em buscar uma nova ética social. A Ação Católica passa a ser um instrumento de grande importância, pois vai dar o suporte inicial para uma série de movimentos religiosos voltados para a perspectiva libertadora, como, por exemplo, a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica e várias outras pastorais com forte ênfase na base social, como a Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se irão desenvolver num momento posterior. Através destas novas iniciativas pastorais é que a Teologia da Libertação irá desenvolver sua práxis no meio dos movimentos populares.¹⁰

Por necessidade de delimitação dessa abordagem, tomo como opção a consideração de

alguns acontecimentos que, de certa forma, influenciaram a Ação Católica no Brasil e alguns aspectos que marcaram sua trajetória. Os anos de 1950, década que antecede o Concílio Vaticano II, são marcados por uma série de elementos que irão delinear uma nova roupagem à Igreja no Brasil. Entre esses elementos podem ser considerados o processo de elaboração de novas correntes teológicas, destacadamente na Alemanha e na França. Sob o suporte teológico, desenvolvem-se também novas formas de atuação do cristianismo social como, por exemplo, a ação dos padres operários e a forte influência que teve no Brasil a economia humanista desenvolvida pelo padre dominicano Luis Joseph Lebret. Associado a isso merece destaque a aproximação, por parte de alguns setores da Igreja, às preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais, principalmente a reflexão teológica que aconteceria mais tarde tomando como referência de análise as categorias do pensamento marxista. Somado a isso, dois outros fatos são merecedores de destaque para a Igreja, que lhe permite uma reflexão mais aberta ao campo social. O pontificado do Papa João XXIII (1958-1963) e a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965).

Neste conjunto de questões que possibilitam uma nova redefinição da ação da Igreja no Brasil, um elemento que teve grande importância foi a contribuição da atuação do clero francês no Brasil e, de modo muito particular, a contribuição do padre Louis Joseph Lebret. Sem margem de dúvida, advém do clero francês uma contribuição significativa para uma nova concepção da Ação Católica no Brasil. De maneira destacada pode-se citar a figura do padre Lebret e do movimento, por ele idealizado, chamado economia e humanismo.

A fundação de Economia e Humanismo foi decidida de maneira definitiva em 1938, durante os acontecimentos de Munique que anunciavam a proximidade da Segunda Guerra Mundial. Segundo o próprio padre Lebret,

Os discursos de Hitler nos apontavam a certeza que a conflagração estava se tornando inevitável. (...) O organismo a

⁷Idem, *ibidem*.

⁸Idem, p. 69.

⁹TIBERGHEN, Chanoine Pierre. **L'Action Catholique – expériences passées vues d'avenir**. Editions comprendre : Lille, 1945.

¹⁰Sobre o tema ver: LOWY, Michael. **A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

fundar-se chamaria 'Centro de Estudo sobre o Marxismo'. Pelo marxismo, com efeito, nós nos colocamos no ponto-chave da conjuntura. O marxismo estava constituído como reação contra o capitalismo e o nacional-socialismo e se pretendia a única força válida e aceitável (...). Considerado sob seu aspecto negativo, nossa atitude deveria ser a tripla rejeição de três ideologias e de três regimes ainda que sobre seu aspecto positivo, ela seria a procura de uma quarta via que nós chamaríamos de 'Economia Humana'. Nós não pretendíamos nos colocar fora do catolicismo social, mas contribuir com ele para oferecer a análise dos mecanismos econômicos, para o estudo aprofundado das correntes de pensamento que acompanham o mundo, pela perspectiva da realidade contemporânea total, uma extensão mais larga e uma objetivação mais rigorosa.¹¹

O movimento Economia e Humanismo tinha como princípio a busca de elementos que tornassem a dimensão do econômico voltada para a dimensão do social. A designação *economia* e *humanismo* proposta por Lebret foi adotada. “A palavra 'economia' significaria uma vontade de não se ter um social paliativo, mas de colocar em questão as estruturas. A palavra 'humanismo' exprimiria uma reação contra os falsos humanismos ainda dominantes e a valorização, sobretudo, do homem e todos os homens”.¹²

A influência de padre Lebret nos espaços católicos no Brasil teve uma marca importante a partir do curso realizado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre os meses de abril e junho de 1947. O curso tratou sobre a introdução geral da economia humana. Dividido em várias sessões, padre Lebret insistia na crítica do que chamou o drama do século e que o caracterizou como sendo a ditadura do dinheiro e do poder, defendendo a posição de que, numa perspectiva comunitária, a pessoa humana não poderia ser simplificada nem diminuída. A busca do bem comum das sociedades humanas deveria resultar em uma ordem integral humana onde um máximo de liberdade fosse garantida na busca do desenvolvimento total de cada um e de todos. Era

esse, precisamente, o programa proposto pela Economia Humana.

Na primeira parte do curso realizado por padre Lebret foi feita uma análise do mundo moderno, enfatizando a crítica de uma economia política capitalista e apresentado uma abordagem bastante prolongada do pensamento marxista, tendo como texto de análise o livro *O Capital*, de Marx. Dividido em três partes, o curso sobre a “Introdução à Economia Humana” apresentou, num primeiro momento, uma síntese das posições de Marx e Engels e aprofundou vários elementos da corrente marxista. Na segunda parte, padre Lebret se ocupou em apresentar várias linhas de orientação de uma economia humana, detendo-se na definição de economia humana e nos postulados da mesma, dando ênfase aos métodos de análise e de síntese deste movimento. A terceira parte caracterizou-se pela apresentação de perspectivas de uma economia humana. O trabalho realizado por padre Lebret contemplava uma forte tendência “desenvolvimentista”, mas, ao mesmo tempo, proporcionou uma reflexão no campo social onde as condições de vida, pobreza e relações socioeconômicas entre as classes sociais foram analisadas numa perspectiva da ética social. Em vários momentos do curso o capitalismo foi criticado, apontando para a necessidade da construção de uma nova estrutura econômica e social. Um dos grandes méritos dos trabalhos de Lebret foi a aproximação da leitura marxista dentro dos quadros católicos no Brasil, principalmente nos movimentos de juventude universitária.

O interesse em investigar a relação da atuação de movimentos mostra uma identificação com o clima renovador que caracterizou a realização do Concílio Vaticano II, em Roma, no que tange ao desenvolvimento da doutrina social da Igreja. O contexto deste concílio representou um momento crucial para a Igreja, no sentido de mudanças internas tanto no campo pastoral como doutrinal e, portanto, sujeito a provocar situações de crise na instituição. Ao mesmo tempo em que o concílio gerou um certo clima de otimismo na expectativa de a Igreja tornar-se uma instituição mais avançada e moderna, proporcionou uma aproximação por parte de alguns membros do clero a uma corrente mais crítica, anticapitalista. O

¹¹Archives Nationales du Fontainebleau. Documento 45 AS (Articles – 1958-1960).

¹²Carta de padre Lebret, Arquivo Nacional da França.

movimento liderado por padre Lebret, juntamente com outros grupos, movimentos e intelectuais, sendo uma grande parte advindo da França, deu uma contribuição significativa para essa aproximação a nível da Igreja no Brasil.

A partir das mudanças conciliares e a redefinição conceitual de Igreja, registrou-se um aspecto que marcou a ação e a posição da Igreja. Este processo, como foi citado anteriormente, provocou uma situação que não é singular na Igreja Católica na região geográfica onde a investigação se concentra, no que se refere à reestruturação pastoral e de ação dos próprios padres, sendo que a demonstração de simpatia às mudanças conciliares é quase uma unanimidade, embora o estilo de ação pastoral de vários sacerdotes revelaria resistência e dificuldade de incorporação do conceito de uma outra Igreja. Esta situação provocou a realização de práticas e discursos muito antagônicos, o que demonstra uma certa crise organizacional da Igreja no seu campo de atuação pastoral, servindo como um exemplo de como alguns aspectos da dimensão tradicional e progressista se interpuseram na ação da Igreja Católica no Brasil.

Uma tese pertinente a esta análise sobre a atuação da Igreja no Brasil é apresentada por José de Souza Martins¹³, onde o autor aborda o uso transformador da mediação conservadora, considerando a Igreja Católica, um dos setores da sociedade historicamente caracterizada pela tradição conservadora se radicaliza e se transforma em arma de pressões por mudanças até profundas. Martins se utiliza desta interpretação para entender o papel singular da Igreja Católica no país, no que tange o seu envolvimento e identificação com as potencialidades transformadoras das lutas populares no campo e na cidade.¹⁴

Observe-se que, no Oeste do Paraná, se configurava um período de modernização agrícola e ampliação dos espaços urbanos, num processo que se configurava na violação do bem-estar social, onde pequenos agricultores eram expulsos de suas propriedades e as periferias das cidades se inchavam com a presença de bóias-frias e de outras pessoas que não tinham mais perspectivas de vida no campo. Este contexto confrontava-se com a ação da Igreja na região. Enquanto isso, a nível nacional, vários setores da Igreja começavam a dar expressão

a um vasto movimento social, iniciado pela Ação Católica, envolvendo vários outros movimentos religiosos, como a Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes de pastorais com base popular.

Ao pensar a Igreja frente ao processo modernizador na região, faz-se pertinente perceber a possibilidade de alguns aspectos residuais dos grandes movimentos da Igreja que possivelmente se interpuseram no contexto da atuação da Igreja a nível regional.

Essas correntes de cunho teológico-pastoral tiveram seus reflexos na ação pastoral do Oeste do Paraná. O apontamento desses reflexos a nível regional tem uma importância significativa na medida em que permitiu construir uma possibilidade de ação alternativa da Igreja na região, face ao momento social que era atravessado. A modernização do campo e o crescimento das cidades tiveram um impacto social de empobrecimento de pessoas, e, paradoxalmente, o enriquecimento de um grupo econômico que obteve a ampliação de seus negócios, seja na compra de pequenas propriedades, no investimento em mercados de tecnificação, como venda de equipamentos agrícolas, implementos, sementes, fertilizantes, transportes, enfim, uma gama de possibilidades em que apenas uma elite economicamente bem estruturada pôde beneficiar-se. Num contexto de redefinição das relações sociais, redefinição que ocorre num campo conflituoso, a Igreja Católica se articulou, de forma parcial, numa ação voltada aos grupos sociais que sofreram as conseqüências desta nova conjuntura socioeconômica, seja pela situação de empobrecimento, pela expulsão dos pequenos proprietários, do crescimento da mão-de-obra disponível no campo, bem como da presença cada vez maior de famílias na cidade, sem poder usufruir de condições dignas de vida no espaço urbano.

Igreja diante do processo de urbanização no Oeste do Paraná

O Estado do Paraná foi marcado por transformações profundas durante os anos de 1970. Além da expansão da indústria num ritmo bastante elevado, as relações entre a agricultura e o próprio

¹³MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 95.

¹⁴Idem, op. cit. p. 15.

setor industrial se tornaram mais estreitas. “Nessas condições, a agricultura do Paraná (...) torna-se também moderna e tecnificada, incorporando à sua pauta de principais produtos o soja e o trigo, que puderam contar com tecnologia disponível no exterior, e no caso da soja, com preços internacionais atraentes”¹⁵. Ao mesmo tempo em que se constata a tecnificação do campo, registra-se também uma acelerada urbanização do estado.

Paralelamente, a mecanização e conseqüente elevação da produtividade do trabalho agrícola respondem por um rápido esvaziamento populacional do campo, graças à recuperação das terras cedidas a colonos, parceiros e arrendatários possibilitada pelo uso de tecnologias modernas. Embora o número de trabalhadores assalariados tenha ganho importância no período, não pode compensar o número de não-proprietários dispensados, os quais migraram para os centros urbanos do Estado, em especial os de maior porte, e para outras regiões do país.¹⁶

A tecnificação do campo está diretamente ligada ao grande problema social causado nas cidades, onde muitos viriam ocupar as áreas periféricas das cidades sob condições sub-humanas e principalmente a expulsão de um contingente significativo de famílias que migraram para outras áreas do Brasil.

Embora dinâmico, o mercado de trabalho urbano foi incapaz de absorver a massa de trabalhadores que deixava o campo. Em conseqüência, o Paraná passou, na década de setenta, de pólo de atração a pólo de expulsão de população, enquanto o desemprego e o subemprego nas maiores cidades começa a se tornar visível.¹⁷

Os dados apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) revelam a intensidade e impacto que a tecnificação no campo causou no Paraná.¹⁸

O contexto da urbanização do Oeste do Paraná se desenvolve a partir de uma complexa problemática que envolvia a posse das terras na região. De certa forma, os conflitos pela posse da terra e o litígio em relação às propriedades rurais, marcaram o início do processo de urbanização no Oeste do Estado.

Em relação a esta situação do conflito agrário registrado no Oeste do Paraná, dom Armando Cirio, primeiro bispo da Diocese de Toledo, que assumiu no início da década de 1960, registra em seu depoimento, que o caos e a insegurança no campo, embora ocorreram num período relativamente breve, as conseqüências desta situação foram profundas.

O litígio era completo e de difícil solução. A confusão era geral e o confronto entre colonos, posseiros, grileiros, companhias, pequenos e grandes latifundiários era sempre mais visível. No fundo, as dificuldades provinham do egoísmo de quem queria garantir interesses e privilégios, mesmo à custa do sofrimento dos outros. Não menos confiável era também a ação pouco clara do governo, que continuava a expedir títulos de propriedades. Assim, apareciam títulos de posse da União, do Governo do Estado, títulos provisórios, títulos falsos.¹⁹

A situação de conflito se configurava para a Igreja local como um desafio. Primeiramente porque limitava a sua ação pastoral. Numa área de conflito agrário, qualquer discurso voltado ao objetivo de constituir uma comunidade de fé e da necessidade de justiça social, exigiria primordialmente a superação dos problemas relativos à disputa da terra. A posição da Igreja foi, naquele momento, um tanto tímida, pois, num primeiro momento, apenas se manifestou através de cartas às autoridades constituídas expondo e argumentando sobre a necessidade de resolução dos conflitos locais. Nessas cartas, a Igreja procurava se identificar com os sofrimentos dos pequenos

¹⁵ LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba : Ipardes, Concitec, 1989. p.1.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Idem, p. 2.

¹⁸ Os dados estão amplamente expostos na obra citada de Igor Leão.

¹⁹ Este depoimento de dom Armando Cirio está registrado na Revista Catedral Cristo Rei, da Diocese de Toledo. SCHERER, dom Irineu Roque. História da Igreja – dos conflitos pela terra ao êxodo e ao fim da alegria e do espírito comunitário. In: Diocese de Toledo. **Revista Cristo Rei**. Ano III, nº 26. Toledo: março/1999. p. 23.

agricultores, caracterizando-os como trabalhadores que constituíam suas famílias com muito esforço e tinham como principal preocupação trabalhar a terra para garantir sustento digno a si e a seus familiares.

Essa complexa problemática das terras desafiava a Igreja, que tem o dever de estar ao lado dos injustiçados. Para não ver e sentir os problemas e o grande sofrimento de muitos, era preciso ser cego ou insensível. No esforço para compartilhar com eles a dor, participar de seus justos anseios, sofrer com eles em suas legítimas pretensões, nada mais restava senão tomar as opções que mais se coadunavam com as aspirações da população, formada, então, na sua quase totalidade, pelos homens do campo. Os princípios que animavam a Igreja nas suas opções em favor de quem sofre são sempre os mesmos: caridade, espírito de serviço, ânsia de justiça. Todo sistema que é contra o homem não pode ser aprovado. O bem comum, para a Igreja, compreende o conjunto das condições de vida social, que permitam aos indivíduos e às famílias alcançarem mais facilmente o seu desenvolvimento e o seu bem-estar. Daí o trabalho para apontar caminhos, estimular iniciativas particulares e governamentais, oferecer pistas. Afinal, o agricultor é a classe obreira que menos reivindica para si, quando muito, pede reconhecimento dos seus direitos, paz e tranquilidade para trabalhar, preço justo para o que produz e facilidade para o transporte de sua produção.²⁰

A posição da Igreja Católica naquele momento procurava caracterizar-se como uma instituição favorável aos pequenos agricultores. Tal postura possibilitava à Igreja uma posição de fortalecimento e valorização por parte de uma camada social que lhe era muito importante, primeiro por possuir uma longa tradição religiosa católica, principalmente dos agricultores vindos da frente sulista de colonização, segundo, porque tal posicionamento da Igreja a tornaria uma instituição forte e respeitada em todas as esferas políticas da região.

Ao considerar o posterior e imediato processo de tecnificação do campo e a crescente

urbanização que se intensificaram no último quartel do século passado, percebe-se uma situação de redefinição da ação da Igreja, a qual passou a remodelar seus discursos e reconstruir outras representações frente às mudanças ora registradas.

No contexto de tecnificação e urbanização no oeste paranaense, a Igreja passa a articular-se não mais com as companhias colonizadoras, como fizera no período da colonização da região, mas agora uma parcela majoritária do clero se articulava com o empresariado emergente e outra parcela menor do clero procurava afinar-se com os grupos sociais que ocupavam uma posição de exclusão dentro desse novo contexto. No campo, a atuação da Igreja teve como principal expressão a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em nível de organização pastoral, na Diocese de Cascavel não se registrou nenhuma articulação pastoral voltada para a problemática da urbanização. Segundo o primeiro coordenador da pastoral diocesana, Lázaro Bruning, no processo de urbanização do Oeste do Paraná, onde várias cidades surgiram, provocando, ao mesmo tempo com o advento do êxodo rural, o inchamento das mesmas, a Igreja não conseguiu implementar uma ação pastoral voltada para as demandas sociais vindas com a urbanização. Sendo atribuída a esse fato a dificuldade de um clero de formação heterogênea e diferente da perspectiva do então bispo diocesano.

Como coordenador de pastoral, sentia essa realidade, mas da parte da Igreja não se demonstrava uma preocupação efetiva quanto a isso. Havia iniciativas individuais. Nem tanto iniciativas isoladas, mas individuais. Não havia um plano de ação a respeito disso. O bispo Dom Armando na época, sempre foi uma pessoa de visão muito ampla, inclusive nas questões sociais. (...) Onde devia atuar, como devia atuar, como fazer. Só que o clero, no seu comando, tinha outra formação, outra visão. Quando dom Armando chegou, já havia aqui um clero mínimo secular. E a maioria de ordens religiosas, isso em 1978, e, além disso, a maioria, 80 a 90 por cento do clero diocesano veio de outras dioceses, de outras formações. (...) Não começaram a formação de acordo com a mentalidade do bispo daqui. O bispo tinha uma visão

²⁰Idem, ibidem.

aberta, sensível às questões sociais. Mesmo assim não se articulou uma ação pastoral voltada para as cidades, a não ser a expansão de paróquias, mas aí é um campo mais administrativo.²¹

A articulação da Igreja a nível pastoral e social visando atuar diante de uma nova realidade urbana foi bastante precária, pois se, por um lado, a visão social entre o clero era bastante diferenciada, por outro, as estratégias de ação também eram diferentes. Uma parcela significativa do clero acreditava que as iniciativas deveriam surgir do meio dos leigos, o que os eximia de qualquer esforço de organização a nível pastoral. No depoimento do então coordenador de pastoral diocesano essa crítica é bastante evidente.

Embora eu reconheça que da parte do clero havia uma formação e origem diferente da do bispo, a Igreja Católica aqui na região nunca conseguiu efetivamente fazer qualquer plano a esse respeito. Não houve nenhuma iniciativa, porque também acho que a maioria do clero era da opinião de que falando aos cristãos, nas homilias, cursos, reuniões, deveriam eles agir, por conta. Utilizou-se demais essa ideia, da presença e atuação do cristão na sociedade, no meio em que ele vive. Acreditava-se demais nisso, mas os cristãos não tinham força, não tinham condições de se organizar para isso (...). Faltou certamente algo nesse nível, do apoio da Igreja nessa tarefa.²²

A ênfase dada à participação dos leigos, enquanto agentes de atuação da Igreja, incorpora muito bem a tendência revelada pela Ação Católica no Brasil. A dimensão positiva deste posicionamento esbarrou na falta de uma articulação da igreja de capacitar e preparar os leigos para que pudessem assumir uma atuação mais firme e de maiores resultados. Se, por um lado, o clero que atuava na região era diferenciado, seja nas concepções sociais, de atuação junto ao povo, principalmente entre os marginalizados, de outro, as diferenças também se expressavam em relação à concepção de atuação pastoral, onde alguns

esperavam que as iniciativas surgissem do meio dos próprios fieis. Neste campo de diferenças, até agora expostos, um outro elemento diferenciador entre o clero era o de uma concepção teológico-social da vida e da fé do povo da região.

Em nível de comparação da Igreja localizada no Oeste do Paraná com a Igreja a nível nacional, um fenômeno similar foi registrado. A partir da década de 1980 não surgiram maiores lideranças dentro dos quadros da Igreja, o que pode ser atribuído a uma série de fatores, entre eles o efeito que o regime militar causou em relação à formação de novas lideranças sociais.

Eu me perguntava, quando haverá um novo dom Paulo Evaristo Arns? Um novo Pedro Casaldáliga, um novo Helder Câmara? Que eram expoentes na Igreja. Hoje não cito ninguém. Esse fato acho que atrapalhou demais a Igreja. Aquilo que foi um corte na liderança política nacional civil, também aconteceu na Igreja, do golpe de 1964 para cá. E o preocupante é que isso não se renovou na Igreja. Depois tivemos um movimento muito sério, no tempo da ditadura militar no Brasil, que foi o campo de possibilidades de atuação como a Teologia da Libertação, (...). A hora que diminuiu a perseguição dos militares, a Igreja não soube o que fazer. As pessoas foram para outros campos, porque a Igreja não era mais resistência. Foi então o momento forte dos movimentos de cristandade na Igreja. São movimentos louváveis, mas não têm em seus projetos essa preocupação de uma ação mais política. Registrou-se um vácuo político de atuação da Igreja (...)²³

A demanda populacional durante o período de 1961, data da criação da primeira diocese no Oeste do Paraná, até 1978, ocasião em que a Diocese de Toledo foi desmembrada em mais outras duas, com a criação das dioceses de Cascavel e de Foz do Iguaçu, foi muito intensa. Naquele período foram constituídas aproximadamente 50 paróquias²⁴. Somente durante o período de 1962 até o ano de 1978 a população da Diocese de Toledo aumentou de 200 mil para um milhão e 200

²¹ Depoimento de Lázaro Bruning, concedido em 14 de outubro de 2002. Arquivo do autor.

²² Idem.

²³ Idem.

mil habitantes. Estes dados apontam para a dificuldade da Igreja local se articular a nível pastoral, quando a preocupação do episcopado naquele momento era a busca de sacerdotes e edificação de templos para atender às demandas espirituais dos fieis que estavam na região e que a cada ano aumentava o número de famílias nas cidades de abrangência da Diocese de Toledo.

A Igreja não conseguiu, no âmbito da organização diocesana, articular uma ação pastoral voltada para a problemática da urbanização. A dificuldade dessa articulação revela a pouca repercussão que os aspectos inspiradores da Ação Católica obtiveram principalmente no âmbito urbano regional, onde se constituiu uma leitura da cidade enquanto concebida como espaço de negatividade e de deformações das relações humanas.

Artigo recebido em 20/06/2011

Artigo aprovado em 28/10/2011

²⁴Este depoimento de dom Armando Cirio está registrado na Revista Catedral Cristo Rei, da Diocese de Toledo. SCHERER, dom Irineu Roque. História da Igreja – a programação especial para o 10º aniversário da Diocese. In: Diocese de Toledo. **Revista Cristo Rei**. Ano II, nº 20. Toledo : agosto/1998. p.30.